



Apresentação

A década entre 2020 e 2030 será palco de profundas mudanças tecnológicas. A face mais visível e presente na mídia é chamada internet 5G, que permitirá uma série de avanços de comunicação na rede mundial de computadores e novas tecnologias que já estão presentes em algumas cidades da Europa e da China. Esta mudança é apontada como o salto para a quarta revolução da indústria no planeta Terra, possibilitando uma automação no mundo de produção e na vida dos seres humanos sem precedentes. Porém, acreditamos que a segunda transformação na próxima década, oriunda de duas novas tecnologias que parecem ser de ficção científica, a saber, o computador quântico e a geração de energia via fusão nuclear, poderão gerar impactos mais profundos no cotidiano dos seres humanos. A primeira tecnologia irá transformar nossas obsoletas máquinas em peças de museu, e já teve até um ensaio conduzido pela gigante tecnológica Google no ano passado e depois sumiu dos radares. A geração de energia num mundo que necessita se descarbonizar também é um tabu. As indústrias do petróleo e do carvão são acusadas de serem responsáveis pelo aumento de gás carbônico na atmosfera, com ligação direta com o aquecimento do Planeta Terra.

Recentemente, um ativismo inédito e brilhante, levado às ruas por jovens de vários países do mundo, tem como face renovadora a ativista sueca Greta Thunberg. Nesse cenário, países como a Inglaterra e a França já anunciaram seus primeiros testes da chamada “energia limpa” para meados da década vindoura. Estados Unidos da América, Rússia e China tratam o assunto como segredo de Estado. Enquanto isso, o Brasil queima em chamas e o litoral nordestino se mancha de óleo há um mês. O que mais nos aguarda? temos algumas pistas, entre elas, mais precarização das vidas periféricas, do trabalho, do meio ambiente, das sociabilidades, das subjetividades, dos desejos.

Associado às incertezas trazidas pelas tecnologias e tragédias ambientais, as universidades federais sofrem ataques profundos na atual gestão. Décadas de produção de conhecimento, através do ensino, pesquisa e extensão estão sendo destruídos através de uma narrativa baseada no ódio à educação e, particularmente, às universidades públicas. Ataques que partem principalmente do mais recente ocupante da pasta da educação brasileira, escolhido pelo Presidente da República, após a demissão do primeiro dirigente do Ministério da Educação (MEC), pivô de conflitos internos no (MEC) envolvendo militares e



seguidores de um tal astrólogo, quando este ainda era considerado o “guru do governo”. Se o primeiro ministro desse governo já foi um desastre para a educação brasileira em seus poucos meses de mandato, o segundo quer a completa destruição de uma educação pública e de qualidade no país, com clara aversão à universidade e o que ela representa para a construção de um país justo e digno para todas e todos.

Para refrescar a nossa memória, o primeiro ministro propôs a mudança da forma como a ditadura militar é ensinada nos livros didáticos de História, afirmando que em 1964 “não houve um golpe” e que o regime militar não teria sido “ditatorial”. Disse, com o apoio do governo, que os livros de história passariam por “mudanças progressivas” e que apresentariam, ao final destas, uma versão “mais ampla” desses 21 anos de governo de exceção no Brasil. Além disso, também foi ele responsável pelo envio de um e-mail às escolas brasileiras solicitando que a direção lesse uma carta de sua autoria com conteúdo ideológico - “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, slogan da campanha do candidato eleito durante as eleições de 2018 e que, após essa leitura, filmasse os alunos “cantando o hino nacional”, proposta da qual recuou após manifestações que evocavam esse ato administrativo como ferindo a Constituição Brasileira.

O atual foi anunciado como sucessor do ministério em um *tweet* do perfil pessoal do presidente, em que afirmou, “[o novo ministro] é doutor, professor universitário e possui ampla experiência em gestão e o conhecimento necessário para a pasta”. Ledo engano, o colega, que não possui doutorado, têm se mostrado um dos maiores inimigos da educação brasileira a assumir o MEC e, particularmente, demonstra ódio à universidade pública.

É nesse cenário catastrófico que conclamamos um viva à universidade pública brasileira e tudo que ela representa como espaço de produção de conhecimento, geração de renda, mas sobretudo, de resistência. A universidade é potência. Este número é a representação disso, evidenciado, sobretudo, através das resistências dos corpos dos homens negros na luta diária pela sobrevivência.

Nesse número publicamos dois artigos, sendo uma tradução e um artigo original. A pedido de colegas cubanas, sob a liderança de Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán com o apoio de Matilde Quiroga Castellano, publicamos a versão em espanhol do texto ¿Por qué son



importantes los Estudios Feministas?, da historiadora Soraia Carolina de Mello, docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O texto, de caráter didático-pedagógico, busca responder à pergunta que dá o seu título, e percorre as diferentes ondas do feminismo intelectual, as barreiras e desafios enfrentados por pesquisadoras que encontram nas teorias feministas seu lugar de produção de conhecimento, bem como analisa os diferentes interesses de pesquisa e reflexão que essa área interdisciplinar do conhecimento apresentou nos últimos 40 anos. A tradução é uma ótima referência para cursos de formação em teorias feministas e estudos de gênero em toda latinoamérica. Já no texto O Nome Social enquanto Política Pública nas Universidades Estaduais do Paraná, de autoria de Aline Oliveira Gomes da Silva, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). No artigo a autora traz uma análise detalhada da implementação da política do Nome Social nas universidades estaduais paranaenses, partindo do pressuposto de que a universidade deve ter destaque na sociedade na garantia e efetivação de direitos, particularmente no que tange o acesso e permanência de grupos vulnerabilizados.

O número também traz um dossiê intitulado Subjetividade, Cultura e Poder: Politizando Masculinidades Negras, sob a coordenação dos docentes Osmundo Pinho (UFRB) e Rolf Malungo de Souza (UFF). Ambos podem ser considerados os maiores especialistas na temática no Brasil, e nos apresentaram com nove artigos originais e uma resenha, todos cuidadosamente avaliados e trabalhados por quase um ano para essa publicação. De artigos teóricos, reflexivos e resultado de trabalho de campo, aprendemos as diferentes dimensões das masculinidades negras, como trabalhá-las em sala de aula, seu valor nas militâncias dos movimentos negros e LGBT e a forma como o racismo impacta a construção da subjetividade dos homens negros no Brasil.

Por fim, neste número publicamos duas resenhas de livros. Na primeira, assinada pelo doutorando Henrique Restier da Costa Souza (IESP/UERJ), é analisado o livro Eles, contos, de Vagner Amaro. O livro foi publicado pela Editora Malê e é considerado pioneiro no Brasil por abordar as várias facetas das masculinidades negras na literatura brasileira contemporânea. A segunda resenha, assinada por Igor Leonardo de Santana Torres (UFBA) e Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA) é resultado do intercâmbio de ambos na Chaire de Recherche sur l'Homophobie (CRH) da Université du Québec à Montréal (UQAM), o primeiro como bolsista do Programme des Futurs Leaders dans les



Amériques (PFLA), e o segundo como professor visitante com bolsa CAPES. Na resenha analisam o livro 11 brefs essais contre le racisme: pour une lutte systémique, lançado em razão do Mês da História Negra na província do Québec/Canadá no ano de 2019, em que é possível aprendermos sobre a situação vivida por populações racializadas nessa região da América do Norte.

Felipe Bruno Martins FERNANDES
Patrícia Rosalba Salvador Moura COSTA
Mariângela Moreira NASCIMENTO